

A INTERVENÇÃO DO MARECHAL BERESFORD EM PORTUGAL – 1815-1820¹

Daniela Major
Universidade Nova de Lisboa

O Estado de Arte: fontes e bibliografia

A figura de William Carr Beresford (1768-1856), Marechal das Forças Armadas Portuguesas entre 1815 e 1820, ocupa reconhecidamente um lugar cimeiro nos primeiros anos do século XIX português. Beresford foi Governador da Madeira em 1807, liderou os exércitos portugueses durante a Guerra Peninsular e continuou à frente deste mesmo exército até 1820, ano da Revolução Liberal. Apesar da sua importância, escasseiam, no entanto, estudos sobre esta figura, nomeadamente sobre o papel político que ele desempenhou ao longo deste período.

O único estudo mais aprofundado sobre esta personagem é uma pequena colectânea de artigos compilados num livro intitulado *Lord Beresford and the British Intervention in Portugal 1807-1820*, de Malyn Newitt e Martin Robson em que se revê a carreira de Beresford, as batalhas mais importantes em que participou e, por fim, o seu papel na supressão da alegada conspiração (1817) do General Gomes Freire de Andrade (1757-1817). No entanto, como afirma Fernando Dores Costa na recensão

¹ Inicialmente escrito como trabalho de fim de curso para a unidade de investigação *Territórios e Sociedades II* oferecida pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, coordenada pelos Profs. Doutores Daniel Alves e Paulo Jorge Fernandes, a quem agradeço todo o acompanhamento e ajuda prestados. Uma palavra de agradecimento também ao Prof. Doutor Miguel Alarcão pelo apoio e interesse que sempre demonstrou por este ensaio.

sobre esta obra, ela baseia-se essencialmente em fontes britânicas, não havendo, pois, grande cruzamento de informação com as suas congêneres portuguesas (246). De facto, este é um dos maiores problemas com que o historiador se depara quando quer analisar esta figura: as fontes estão espalhadas pelo Brasil, por Portugal e pela Grã-Bretanha, e muitos dos dados existentes ainda não foram tratados. Para este artigo, as fontes utilizadas foram maioritariamente cartas, disponíveis nos volumes de Ângelo Pereira relativos ao reinado de D. João VI, e na obra já referida de Newitt. No decurso desta investigação foram descobertas cartas do Marechal Beresford para o Duque de Wellington (1868-1852) datadas de 1820. Contudo, dado o espaço temporal a que elas se referem e o facto de se reportarem a acontecimentos em toda a Península, decidimos que a análise desta fonte ficaria para um próximo trabalho. O único estudo existente sobre a figura do General Gomes Freire é uma obra de António Lopes, *Gomes Freire de Andrade: o retrato de um homem*, que, apesar de ter algumas considerações interessantes, é uma edição comemorativa dos 200 anos do Oriente Lusitano. Não há dúvida também de que tanto as operações militares da Guerra Peninsular como a carreira militar de Beresford já foram revistas com bastante pormenor numa tese da Universidade de Michigan, da autoria de Samuel Vichness (*Marshal of Portugal: military career of William Carr Beresford: 1785-1814*), mas faltam ainda estudos sobre a intervenção política de Beresford, tanto em Portugal como mais tarde em Inglaterra. É também verdade que faz falta na historiografia que se debruça sobre este período uma obra geral sobre a Revolução de 1820 e sobre as conspirações revolucionárias do período; o que existe são alguns capítulos em obras gerais (como o volume da Nova História sobre o liberalismo de Luís Reis Torgal ou a biografia de D. João VI de Dores Costa e Jorge Pedreira) e artigos que se debruçam sobre aspectos específicos da revolução. Este ensaio irá portanto tentar explorar o desempenho político de Beresford em Portugal entre os anos de 1817 e 1820, tentando explicar algumas questões como a relação com o rei português e com a regência que foi deixada em Portugal continental e, naturalmente, clarificar a posição de Beresford na conspiração de 1817 e, mais tarde, na revolução de 1820.

Contexto histórico: a Guerra Peninsular e os britânicos em Portugal

A presença de Beresford em Portugal deve ser, antes de mais, entendida no contexto geral da Guerra Peninsular ou

seja, da presença e intervenção militares britânicas em Portugal e Espanha contra as tropas de Napoleão (1769-1821). Mas esta intervenção militar faz simultaneamente parte de uma conjuntura específica: a dependência económica e política de Portugal face à Grã-Bretanha que se vai estender ao longo de todo o século XIX.

No período a que nos referimos neste ensaio, a Grã-Bretanha não tem apenas o maior império comercial do mundo, mas ele está também em transformação e em crescimento. Este império era baseado sobretudo no poder naval inglês. Foi este um dos factores que permitiram que a Grã-Bretanha conseguisse triunfar nas Guerras Napoleónicas (Black 196). Neste sentido, a relação com países como Portugal, que tinha também uma vocação marítima, era de extrema importância. De facto, a posição que Portugal assumiu perante o conflito acima referido é influenciada pelas preocupações relativas ao tráfego ultramarino. Segundo Borges de Macedo, “só poderia aceitar-se como atitude nacional coerente, ou a neutralidade, ou a guerra ao lado de Inglaterra, que dominava o mar” (38). A neutralidade foi a preferida, mas, no fim, Portugal acabou por seguir uma tendência natural e que fazia todo o sentido, dada a sua posição geográfica. Com efeito, desde o século XVIII que o auxílio britânico era essencial para a defesa e manutenção do Império Português (Alexandre 93). Evidentemente que este apoio beneficiava também a Grã-Bretanha; esta não podia permitir que toda a Península Ibérica caísse sobre a influência francesa, e os portos portugueses eram um importante “ponto de apoio à marinha mercante e de guerra inglesa” (Alexandre 94). Era necessário para a Grã-Bretanha manter o equilíbrio de poderes na Europa, e para tal Portugal era um aliado importante. Apesar disto, Valentim Alexandre diz-nos que houve uma diminuição da dependência económica portuguesa em relação à Grã-Bretanha no último terço do século XVIII:² “o sistema de relações luso-britânicas perdera o local fulcral que ocupava na economia portuguesa da primeira metade do século XVIII” (71). Contudo, também é de notar que, no período a que nos referimos, “o principal fornecedor destes «mantimentos» [ou seja, cereais e produtos agrícolas] era ainda a Grã-Bretanha” e também “subsistia um factor fundamental da dependência da economia portuguesa em relação à Grã-Bretanha ..., a mais valiosa das exportações metropolitanas, o vinho do Porto” (74).

² Segundo o autor, o Império Brasileiro estava longe de constituir ‘um domínio reservado da Grã-Bretanha’ como se supunha (Alexandre 70).

Para os ingleses, contudo, a importância de Portugal continental media-se sobretudo pelo porto de Lisboa; com efeito, este era não só um ponto de passagem entre a Europa e a América e África como também aí afluíam os mais diversos produtos. (Macedo 49). É também claro que o Bloqueio Continental não afectou grandemente as exportações portuguesas para Inglaterra, embora tenha havido algumas oscilações. (Macedo 55 e 58).

Assim, seguindo uma tendência histórica, Portugal sabia que necessitava do apoio político e militar da Inglaterra, especialmente num contexto de conflito iminente como era a Europa deste período, mas este apoio nem sempre foi pacífico, e é notório que o Governo português tinha noção do perigo que acarretava tomar claramente partido por esta potência, antagonizando as forças de Napoleão, que reclamavam o cumprimento do Bloqueio Continental (1806). Apesar de ter havido uma tentativa, nos primeiros anos do século, de manter um equilíbrio, sem haver comprometimentos com nenhuma das partes, nunca rejeitando definitivamente a sua ligação a Inglaterra, mas também tentando manter a neutralidade, sabemos, por exemplo, que Portugal esteve à beira da ruptura com a Grã-Bretanha em 1807 e contava-se como “provável um ataque inglês, ... para queimar ou levar a marinha portuguesa” (Alexandre 159), um pouco à semelhança do que tinha acontecido com a Dinamarca. Por outro lado, é também evidente que a posição estratégica de Portugal e a manutenção da aliança eram favoráveis aos ingleses que continuavam a precisar dos portos portugueses – especialmente durante uma guerra. Além disso, era também defendido (especialmente por Wellington) que Portugal devia ser a base para a expulsão das forças napoleónicas da Península (Sardica 158-159). A partir do momento em que Portugal é invadido por Junot (1773-1813) e que D. João VI parte para o Brasil, a guerra torna-se inevitável tal como o apoio militar britânico necessário para expulsar os franceses.

A carreira do Marechal Beresford em Portugal: as relações com o Rei e com os Governadores

Desta forma, Beresford encontrar-se-á envolvido no teatro de operações português, primeiro como Governador da Madeira em 1807 (onde terá aprendido alguns rudimentos de português) e depois como Generalíssimo das forças armadas portuguesas, participando em diversas batalhas e tomando parte no Conselho de Regência deste período. Mais tarde foi feito Marechal pelo

Governo português. O que nos interessa analisar, contudo, é o seu papel em Portugal depois de 1815, isto é, depois de Waterloo e da derrota definitiva da França. Por que razão fica Beresford em Portugal, apesar de a guerra ter acabado? Em primeiro lugar, porque D. João VI não dava mostras de querer regressar à Europa (Costa e Pedreira, 18; Sardica 347); é, aliás, em 1815 que D. João cria a designação de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Em segundo lugar, porque, no Brasil, D. João também fez uso da presença britânica quando precisou de forças para apoiar os rebeldes de Montevideo contra o domínio espanhol no Rio de la Plata (Newitt e Robson 93), o que demonstra que a prioridade de D. João era claramente o Brasil e os territórios portugueses na América. Acrescem a isto as razões britânicas. Em 1817, Beresford e outros militares³ acreditavam que o perigo de uma invasão espanhola justificava a manutenção do exército e, logicamente, do próprio Beresford em Portugal. Por parte do Governo de Londres, temos razões para acreditar que apoiava a manutenção de Beresford na Península como efeito “estabilizador”, não só para a protecção dos interesses económicos britânicos, mas também para a manutenção do *status quo* que tinha sido definido pela Santa Aliança no Congresso de Viena em 1815 (Manique 52-53).

Por isso, parece-nos que se deve pôr em causa a ideia de dominação britânica,⁴ pois ela dá a entender que os britânicos se impuseram e ocuparam Portugal pela força, como os franceses tinham feito em Espanha e como tentaram fazer em Portugal. Na realidade, esta era uma situação explicitamente aceite pelo Governo no Brasil e que convinha aos objectivos do Rei português, que resistiu repetidamente a pedidos para regressar à Europa. Não pretendemos dizer que Portugal não estava (e não continuou a estar, ao longo do século) altamente dependente da Grã-Bretanha, nem que o território de Portugal continental não esteve sobre uma tutela não oficial, especialmente durante os anos de 1809 a 1820, mas esta ideia de “domínio” com toda a sua carga negativa carrega a ideia de que o Governo português, a partir de 1815, foi forçado a ter os britânicos em Portugal, embora nós saibamos – e pretendemos demonstrá-lo neste artigo – que esta situação ia de acordo aos desejos de D. João VI. Assim, esta noção deve ser posta em causa, não só pelas razões enunciadas mas também pelo perfil do próprio Marechal Beresford.

³ Tal como é demonstrado numa carta de D’Urban citada em Newitt e Robson 94.

⁴ José Miguel Sardica, por exemplo, utiliza esta ideia sem a discutir (118).

Do ponto de vista político-ideológico, William Beresford tendia claramente para o conservadorismo *tory*, partilhando possivelmente de visões semelhantes às do Duque de Wellington (Costa 244)⁵, nomeadamente da mesma aversão por qualquer tipo de reformismo político. Foi escolhido porque era um disciplinador, e essa era a qualidade considerada necessária pelos Governadores portugueses para o homem que iria treinar o exército português (Costa 244). No período de 1814 a 1820, Beresford não foi, porém, membro do Conselho de Regência e, durante a sua estada em Portugal, ocupou-se essencialmente de assuntos militares, relacionados com o exército⁶ e a protecção do Reino. Isto não o impediu de entrar em conflito com os Governadores, especialmente com o Principal Sousa, que já desde 1814 se queixava das exigências de Beresford, neste caso no que dizia respeito ao recrutamento militar (cit. in Pereira 3: 167). O Principal Sousa dizia, em 1815, que os ingleses desejavam ter muito mais influência no reino e aconselhava D. João a refrear-lhes a acção (cit. in Pereira 3:174). Numa carta de Fevereiro de 1815, recomenda mesmo que se moderem os poderes do Marechal Beresford:

... não tem havido novidade no governo de maior consideração senão as continuas pertençoens do Marechal Marquez de Campo Maior, dezejando ter o maior poder, e não se contentando de comandar em Cheffe, sem contradição ... na verdade necessita de ser moderado, e limitar-lhe os seus poderes. (cit. in Pereira 3: 180-181)

As cartas do Principal Sousa, na realidade, estavam repletas de avisos deste género. Em Setembro de 1815, volta a advertir o Rei: “Hé indispensável que em tempo de paz não tenha [Beresford] governo, nem nas milícias, nem em Ordenanças, como se pratica em toda a Europa” (cit. in Pereira 3: 191). As principais queixas continuavam a ser relativas a dinheiro, pois as exigências

⁵ Nesta recensão crítica ao livro de Newitt e Robson, Dores Costa contraria algumas das ideias relativas ao suposto liberalismo *whig* de Canning, mas não tira razão ao argumento original de que Beresford, politicamente, era um *tory*, até porque, como se vai ver, irá participar no governo de Wellington quando este se torna Primeiro-Ministro. Contudo, discordamos da ideia apresentada por Newitt de que a ideologia *tory* se assemelha de alguma forma ao absolutismo régio característico de Antigo Regime

⁶ Mesmo o registo das cartas de Beresford para o Rio de Janeiro, presentes no *Inventário do arquivo do Rio de Janeiro – Documentos do Marechal General Marques de Campo Maior William Carr Beresford. Assuntos militares, políticos e particulares – 1815 – 1820* na Torre do Tombo, indica uma maioria de assuntos militares.

de Beresford para a manutenção do exército não eram comportáveis pelo tesouro português (cit. in Pereira 3: 198). É por isso evidente que D. João estava plenamente consciente dos “perigos” da permanência britânica em Portugal Continental. O Principal Sousa afirma isto claramente numa outra carta ao Rei: “... este reino invadido por terra pelos Hespanhois e ameaçado de ocupação por Inglaterra, como mediadora” (cit. in Pereira 3: 199). Apesar disto, Beresford, em 1816, vai ao Brasil, onde recebe mais poderes: torna-se Marechal de todos os exércitos reais (entendendo assim o seu comando às tropas na América do Sul), e obtém permissão de D. João VI para decretar novas regras para o recrutamento de mais homens (Newitt e Robson 96).

Este antagonismo entre os Governadores do reino e Beresford não era de forma nenhuma unilateral. Beresford também se queixava frequentemente aos seus homólogos britânicos (Newitt e Robson 92-93) e entrava em conflito directo com os Governadores. Num ofício enviado a D. Miguel Pereira Forjaz (1769-1827) sobre a possibilidade de invasão espanhola pela fronteira portuguesa, Beresford utiliza uma linguagem bastante forte, acusando claramente os Governadores do Reino de não se preocuparem com a defesa do mesmo (Beresford para D. Miguel Pereira Forjaz, Lisboa, 9-1-1817. PT/AHM/DIV/1/16/001/04). Tal como afirma Fernando Dores Costa, as exigências de Beresford relativamente ao recrutamento militar e a pedidos de dinheiro eram irrealistas, porque o Marechal não tinha consciência (ou não queria ter) do absoluto esgotamento financeiro em que Portugal se encontrava (243). Beresford e a tutela britânica não reuniam o apoio de parte da nobreza, como ele dá claramente a entender numa carta ao seu amigo General Lemos, que estava no Brasil, na qual refere ter medo de ter perdido o favor do Rei, caso este tenha dado ouvido a outros que estão contra si (cit. in Pereira 4: 112). E, como veremos, Beresford acaba por tornar-se uma figura extremamente impopular, sendo uma das razões tanto para a conspiração de 1817 como para a Revolução de 1820.

Posto isto, é para nós evidente que a manutenção de Beresford em Portugal tinha três bases de apoio: o Rei português, o apoio do Governo britânico e o Exército. Deveremos, pois, perguntar-nos: por que razão é que D. João apoiava Beresford? Até que ponto é que Beresford responde perante o Governo em Londres? Parece-nos que a posição de Beresford não é tão clara como uma leitura geral possa à primeira vista indicar e que ele é mais do que um mero agente britânico em Portugal, fazendo aquilo que o Governo de Londres ordenava. Embora Beresford trocasse correspondência com membros do Governo britânico e eles

estivessem cientes das suas acções em Portugal, torna-se evidente, quando lemos estas cartas,⁷ que ele tinha uma liberdade de acção bastante elevada, limitando-se por vezes às habituais queixas e a relatar os acontecimentos. Não temos indicação de instruções que ele tenha recebido (embora, como referimos, o acesso às fontes relativas a Beresford seja bastante precário, havendo informação, especialmente no Reino Unido, que está por descobrir). O próprio Beresford parecia estar consciente do 'limbo' em que se encontrava. Em carta para o já mencionado General Lemos em 1817, o Marechal afirma que "finalmente julgo que Sua Magestade me pode considerar Portuguez, porque com eles tenho servido bastante tempo, tenho feito alguns serviços e passado por bastantes sacrificios" (cit. in Pereira 4: 103). Mesmo havendo nesta afirmação algum exagero e oportunismo político, ela é reiterada, de forma mais realista, mas que não apaga o conflito, numa outra carta para Lemos, de Agosto de 1817:

... e me persuado que huma vez que saia do Serviço de Sua Magestade, não servirei mais, mas que me retirarei para passar o resto da minha vida com a minha família, e em tranquilidade, não obstante que haja outra Nação, sem ser a minha, que dezejará empregar-me. Mas contra Portugal eu nunca servirei, nem mesmo sendo em favor da minha própria Pátria (cit. in Pereira 4: 109).

Ou seja, aqui Beresford vê-se a si próprio não como um representante britânico em Portugal, mas sim como alguém que, sendo britânico, está ao serviço do Rei português. É evidente que podemos, como já referimos, desmistificar estas afirmações como sendo obra de oportunismo ou simples lisonja, mas a verdade é que Beresford recorria muito mais frequentemente ao facto de estar a agir em nome de D. João VI do que do Governo britânico. Numa carta enviada a um dos espões da conspiração de 1817, Andrade Corvo de Camões, Beresford utiliza a expressão: "consta-me que V.S fora convidado para entrar n'huma conspiração contra El-Rei meu Senhor" Nesta mesma carta, Beresford escreve expressamente: "ordeno em nome do mesmo Senhor [D. João VI], haja de convocar os seus amigos ... para que venhão à minha presença" a fim de lhe comunicarem o que

⁷ Tivemos acesso a algumas delas, citadas na obra já referida, *Lord Beresford and British Intervention in Portugal* (92-104), embora a nossa interpretação esteja limitada por apenas termos acesso a excertos.

sabiam (cit. in Pereira 4: 73). Por outro lado, o desejo de regressar a Inglaterra é reiterado numa das cartas a Lemos (cit. in Pereira 4: 108), assim como também pretendia que D. João voltasse brevemente para Portugal (cit. in Newitt e Robson 106). Isto indica-nos que Beresford não contava ficar em Portugal a longo prazo e que tinha noção de que esta era uma situação temporária e que o Rei teria eventualmente de regressar, assim como ele teria de abandonar o seu posto como Marechal das forças portuguesas.

Esta posição dúbia de Beresford pode igualmente ser compreendida se tivermos em conta que as honras e os títulos mais importantes que detém são atribuídos pelo Rei português. Ele é feito Conde de Trancoso e depois Marquês de Campo Maior; é também Marechal de um exército, e é através da Guerra Peninsular que trava conhecimento com Wellington, de cujo governo Beresford fará parte entre 1828 e 1830. Não será exagero afirmar então que foi a Guerra Peninsular e o seu papel como chefe das forças armadas portuguesas que garantiram a Beresford uma posição política e social de relevo, não só na Península como também, mais tarde, em Inglaterra.

Acresce a esta questão a confiança política que D. João depositava nele. Como já vimos, a permanência de Beresford em Portugal acabava por ser conveniente, e o Rei resistiu a pedidos, inclusive do próprio Beresford, para voltar (Costa 243). Por outro lado, é evidente que D. João estava não só agradecido ao exército treinado por Beresford como também precisava dele para a expansão territorial na América do Sul. Numa carta régia dirigida ao Marechal (de D. João VI para Marechal Beresford, Rio de Janeiro, 16-11-1816. PT/AHM/DIV/1/16/002/04), encontramos uma série de agradecimentos a Beresford e ao exército, demonstrando assim que a opinião régia era a de que se sabia que a acção de Beresford tinha possibilitado a manutenção do Reino na Europa.

Beresford na conspiração de 1817 e na Revolução de 1820

É neste contexto que Beresford surge directamente relacionado com a conspiração de 1817 e com a Revolução de 1820. Na realidade, os acontecimentos de 1817 são um prenúncio daquilo que irá acontecer em 1820. Desde já, gostaríamos de afastar as ideias conspiratórias que insinuem que a conspiração foi de alguma forma orquestrada por Beresford para cimentar o seu poder em Portugal (Newitt e Robson 114); tendo em conta tudo o que já se disse, não nos parece que este argumento se encaixe no

perfil do Marechal. A supressão da conspiração vem na linha daquilo que Beresford considerava serem os seus deveres: a protecção não só do Reino, mas também do próprio Rei, do *status quo*.

Como suprimiu Beresford esta conspiração? Não nos interessa fazer aqui a sua história ou reconstruí-la passo a passo, mas algumas considerações de interesse podem ser feitas. Em primeiro lugar, a conspiração é descoberta devido aos informadores de Beresford, os seus espões, cuja base era o exército. Os agentes principais eram militares, neste caso, os capitães José Andrade Corvo de Camões e Pedro Pinto de Moraes Sarmento, que, estando envolvidos na conspiração, foram “convocados” por Beresford para irem à sua presença relatar-lhe o que sabiam (cit. in Pereira 4: 73). Aparentemente, Beresford também começou por ter desconfianças acerca do que se estava a preparar através de um ex-alferes, António Cabral (cit. in Pereira 4: 73). Torna-se por demais claro que Beresford mantinha uma rede de informadores no exército que lhe transmitiam informações não só sobre o que se passava no interior do mesmo, mas também na sociedade civil. Sabemos também que, já desde 1815, Beresford recebia informações sobre os acontecimentos políticos em Espanha e sobre portugueses que serviam na corte de Espanha (Carta de João Wilson para Beresford, 28-10-1815. PT/AHM/DIV/1/16/001/50), ou seja, o Marechal, através dos seus oficiais, mantinha-se informado sobre os acontecimentos em Espanha e na fronteira.

De facto, a chamada conspiração de Gomes Freire foi desmantelada com relativa facilidade, mas isto não significa que os conspiradores não tivessem objectivos claros. Uma análise cuidada do acórdão da sentença proferida contra os réus acusados de alta traição, os conspiradores, revela-nos não só os seus nomes (na sua maioria, militares) como as ligações à Maçonaria, movimentações e objectivos, entre os quais se encontram a mudança do governo, o estabelecimento de “um rei constitucional” (*Sentença proferida no Juízo da Inconfidência relativa aos réus...* Lisboa, 19-10-1817. PT AHM/DIV/1/16/008/60, 2), uma revolução como a que também se estava a preparar em Espanha (*idem* 3-4), presumivelmente contra Fernando VII, e, naturalmente, a expulsão dos ingleses e a morte de Beresford. Os relatos dos réus indicam também uma preparação da conspiração mais do que superficial: havia panfletos e proclamações prontos a serem espalhados (*idem* 2) e agentes enviados para o Porto e para a província (*idem* 3) com o claro objectivo de espalharem a revolução. Assim, os objectivos aqui apresentados parecem ser um claro prelúdio daquilo que viria a ser a revolução vintista (Vargues, “Vintismo...” 181-182), o que demonstra que as ideias

liberais estavam desde já muito presentes em alguns sectores da sociedade portuguesa. Quanto ao papel de Gomes Freire nesta conspiração, apesar de ele lhe ter dado nome, segundo os testemunhos dos réus, o seu papel era pouco mais do que simbólico, isto é, Gomes Freire não parece ter tido uma mão activa no planeamento da conspiração, embora estivesse ao corrente do que se preparava. Caso ela fosse bem-sucedida, seria preciso alguém que liderasse o exército, e Gomes Freire, para além das suas ligações à Maçonaria, era um oficial de alta patente. A ideia repetida pelas testemunhas era a de que, caso tudo corresse bem, deviam ir buscar Gomes Freire a casa: "... e depois da sua leitura o mesmo Tenente General confirmou a todos, que somente no caso de grande partido formado, e de o irem buscar a sua casa ele figuraria à frente da Sociedade, de cuja existência já estava anteriormente instruído..." (*Sentença proferida no Juízo da Inconfidência relativa aos réus...Lisboa, 19-10-1817. PT AHM/DIV/1/16/008/60, 4*). O próprio Beresford parecia ter consciência deste facto, e o que mais o preocupava não eram tanto as movimentações no interior de Portugal, que, como já vimos, tinha sob controlo, mas sim a ligação a Espanha e a possibilidade de os espanhóis aproveitarem este momento para invadir Portugal. Esta ideia de uma invasão está presente no espírito de Beresford desde 1815, e é muito provável que ele acreditasse mesmo ser essa a intenção dos espanhóis. Como vimos, não era o único, pois até Wellington acreditava nesta possibilidade quando diz a Beresford que seria pouco provável que os britânicos intervissem caso Portugal fosse invadido (Newitt e Robson 94). Contudo, a ligação que Beresford estabelece entre a possibilidade de uma invasão espanhola e a conspiração de Gomes Freire é algo confusa, pois Beresford parece acreditar que era o rei espanhol, Fernando VII, quem tinha instigado a revolução em Portugal com o objectivo de enfraquecer os portugueses (cit. in Newitt e Robson 123-124). Ora, o que seria lógico era serem os liberais espanhóis a trabalhar para fomentar duas revoluções liberais – uma em Portugal e outra em Espanha –, o que, aliás, irá acabar por acontecer em 1820.

A participação de Beresford no desmantelamento da conspiração limitou-se precisamente à apresentação de provas e testemunhas que provavam a sua existência. Ele não toma parte nos julgamentos, nem nos interrogatórios e, como afirma claramente ao seu amigo General Lemos, haveria até uma tentativa por parte do Governo para 'apagar' as suas contribuições:

He couza muito singular, que jamais o Intendente Geral da Policia, nem os seus Deputados, quizeram permitir que elles [os

informadores de Beresford] falassem em o meu nome, ou em o modo por que foi descuberta a Conspiração; e o Intendente mesmo os obrigou a dizerem, que a elle hé que tinham participado a informação ... (cit. in Pereira 4: 104)

Na carta seguinte, de 24 de Agosto de 1817, Beresford afirma que “Não posso pertender instruhir-vos sobre qual será o resultado” dos processos (cit. in Pereira 4: 107).

Nos anos que se seguiram à conspiração até 1820, o poder de Beresford é reforçado muito em função das suas acções em 1817 (Newitt e Robson 134). Não se coíbia, nas suas cartas a Lemos, como, aliás, tivemos oportunidade de ver, de lembrar que tinha sido ele o principal responsável pelo fim da conspiração. O próprio Principal Sousa, em carta a D. João, vê-se obrigado a reconhecer a importância de Beresford neste caso: “Ao Marechal se deve muito neste serviço. Elle he verdade que cuidou em si mas realmente servio bem a Vossa Majestade e se elle continuar a prestar se reunido ao Governo, e indo, de acordo certamente tudo irá bem ...” (cit. in Pereira 4: 88).

Ao mesmo tempo, o descontentamento continuava a crescer, não só no exército, mas fora dele. Os oficiais portugueses viam-se subalternizados pelos oficiais ingleses (Torgal 281) e, fora do exército, os movimentos liberais ganhavam força. Proliferavam as sociedades secretas, como a que orquestrou a conspiração de 1817, muitas das quais de base maçónica (Vargues “O processo de Formação...” 47). Em 1820, estava, de facto, tudo preparado para uma revolução de cariz liberal. O próprio falhanço da conspiração de 1817 e a execução de Gomes Freire e dos outros conspiradores criaram mártires, heróis para a causa liberal. A presença dos ingleses e de Beresford em particular originou um sentimento anti-inglês, de oposição a um ocupante estrangeiro que atrofiava e já não defendia Portugal. É, de certa maneira, simbólico, contudo, que a revolução se tenha dado na ausência física de Beresford, que tinha ido ao Brasil reunir-se com D. João e de onde regressou investido de mais poderes, à medida do que tinha acontecido em 1816. Quando regressa, já a revolução estava consumada, e não lhe foi permitido desembarcar em Lisboa.

Conclusão

Devemos perguntar-nos até que ponto é que Beresford não é mais do que um representante de um poder estrangeiro que tutelava o território continental português, para ser um agente

que se encontrava simultaneamente a defender interesses britânicos e a cumprir a vontade de D. João VI. A manutenção de Beresford em Portugal parecia garantir que D. João não tinha que voltar à Europa, embora toda a gente em seu redor, Beresford incluído, tivesse noção de que esta teria necessariamente de ser uma situação temporária. Esta parece ser uma contradição com o facto de Beresford ter recebido mais poderes em 1820 e não parecer ter planos para abandonar Portugal no imediato, mas é também verdade que os seus pedidos para D. João regressar a Portugal e os seus desejos de regressar a Inglaterra demonstram que provavelmente Beresford ambicionava uma carreira política na Grã-Bretanha como, aliás, acabará por acontecer. A imagem que a historiografia guardou de Beresford e dos anos de tutela inglesa ficaram marcados pela ideia de que tanto a conspiração de 1817 como a revolução de 1820 se fizeram contra um poder de ocupação estrangeiro. Contudo, parece-nos que, para a compreensão destes eventos, a tónica deve ser posta nas ideias liberais, que já circulavam, e ver nos ingleses – e em Beresford – aquilo que em última análise os desencadeou. É também necessário ter em conta que esta tutela inglesa só é possibilitada por um contexto muito específico – o das invasões francesas – mas que ele vem na linha de uma crescente influência económica e política da Grã-Bretanha sobre Portugal. Contudo, apesar de atendermos a este contexto específico, se reflectirmos sobre a influência que a Grã-Bretanha exerceu sobre Portugal ao longo de todo o século XIX, muito para além da estada de Beresford em Portugal, percebemos que esta tutela é apenas, no contexto das relações luso-britânicas do século XIX, mais uma das muitas demonstrações de dependência e ingerência em Portugal.

Beresford ficou para a historiografia um pouco como um símbolo deste mesmo poder estrangeiro, desta mesma ingerência, mas também, como mencionámos no início, as suas competências diziam respeito ao exército e ele podia ser – e era – excluído das matérias mais importantes, como foi o caso dos processos dos réus da conspiração de 1817.

Seria válido perguntar também até que ponto é que Beresford não age de acordo com os seus próprios interesses, uma vez que a sua intervenção na conspiração de 1817 lhe proporcionou, sem dúvida, a curto prazo, uma maior influência sobre os assuntos do Reino e sobre o próprio Rei no Brasil. Se considerarmos esta hipótese, então é possível inclusivamente argumentar que os seus anos em Portugal terão sido passados a equilibrar três vertentes: os interesses de D. João, o rei português, os britânicos e os seus próprios.

Talvez a maior conclusão que retiramos deste estudo é que, apesar de os anos de 1811 a 1820 serem de grande importância para o restante século XIX português, sobrevivem ainda muitas questões por responder. No que diz respeito ao Marechal Beresford, verifica-se que há *nuances* e complexidades na sua personalidade e no seu desempenho que deveriam ser exploradas e consideradas pela historiografia que se dedica a este período.

FONTES CITADAS

Fontes Impressas:

Algumas das cartas citadas estão impressas, traduzidas e publicadas em:

Pereira, Ângelo, *D. João, Príncipe e Rei*, Vol III. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1956

—, *D. João, Príncipe e Rei*, Vol IV. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1958

Inventário do arquivo do Rio de Janeiro – Documentos do Marechal General Marques de Campo Maior William Carr Beresford. Assuntos militares, políticos e particulares – 1815 – 1820 na Torre do Tombo

*Sentença proferida no Juízo da Inconfidência relativa aos réus...*Lisboa, 19-10-1817. PT AHM/DIV/1/16/008/60

Fontes Manuscritas:

De D. João VI para Marechal Beresford, Rio de Janeiro, 16-11-1816. PT/AHM/DIV/1/16/002/04

Beresford para D. Miguel Forjaz, Lisboa, 9-1-1817. PT/AHM DIV/1/16/001/04

OBRAS CITADAS

Alexandre, Valentim, *Os Sentidos Do Império*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

Costa, Fernando Dores, *Lord Beresford e a Intervenção Britânica em Portugal – 1807-1820*, *Análise Social*, n. 178, (2006): 242-246.

Costa, Fernando Dores e Pedreira, Jorge, *D. João VI*. Lisboa: Temas e Debates, 2009.

Black, Jeremy, *A History of the British Isles*. Hampshire: Palgrave Macmillian, 1997.

Lopes, António, *Gomes Freire de Andrade: um retrato do homem e da sua*

- época. Lisboa: Grémio Lusitano, 2003.
- Macedo, Jorge Borges de, *O Bloqueio Continental*. Lisboa: Gradiva, 1990.
- Manique, António Pedro, *Portugal e as potências europeias (1807-1847)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- Newitt, Malyn, *Lord Beresford and British Intervention in Portugal*. Lisboa: ICS, 2004.
- Sardica, Miguel, *A Europa Napoleónica e Portugal*. Parede: Tribuna, 2011.
- Torgal, Luís Reis, "A contra revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação", *Análise Social*, n.º 16, (1980), 279-292.
- Vargues Isabel Nobre, "Vintismo e radicalismo liberal", *Revista de História de Ideias*, vol.3 (1981): 177-215
- . "O processo de Formação do Primeiro Movimento liberal: a revolução de 1820" *História de Portugal, O liberalismo* Ed. João Loureço Roque e Luís Reis Torgal. s/l: Editorial Estampa, 1998
- Vichness, Samuel, *Marshal of Portugal: military career of William Carr Beresford : 1785-1814*. Michigan: University Microfilms International, 1976.